


PUBLICIDADE

EDIÇÃO NACIONAL



EDP Renováveis Brasil S.A.
CNPJ nº 09.334.083/0001-20 - NIRE nº 35.300.351.789

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de Agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 9 horas do dia 9 de agosto de 2024, na sede social da **EDP Renováveis Brasil S.A.** ("Companhia"), na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, no 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-133. **2. Presença e Convocação:** Dispensa da publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, por estar presente as acionistas que representam a totalidade da capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Paula Ferrareto Dabello e secretariados pelo Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o Financiamento do BNDES e suas respectivas garantias, nos termos aprovados pela Decisão DIR nº 173/2024 - BNDES, de 11.07.2024 ("Decisão de Diretoria do BNDES"), e demais assuntos correlatos. **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: (i) o financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, para a implantação das Usinas Fotovoltaicas Novo Oriente, localizadas no município de Ilha Solteira, com capacidade instalada de 254,506 MW, bem como sistema de transmissão de interesse restrito, composto pela Subestação Novo Oriente e pela Linha de Transmissão 138 kv, circuito simples, com cerca de 4,35km de extensão, interligando a Subestação Novo Oriente e a Subestação Três Irmãos ("Projeto Novo Oriente"), no valor total de até R\$ 805.000.000,00 (oitocentos e cinco milhões de reais), sendo o valor de: (a) R\$ 128.800.000,00 (cento e vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente I S.A. ("NOS1"); (b) R\$ 128.800.000,00 (cento e vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente II S.A. ("NOS2"); (c) R\$ 128.800.000,00 (cento e vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente III S.A. ("NOS3"); (d) R\$ 128.800.000,00 (cento e vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente IV S.A. ("NOS4"); (e) R\$ 144.900.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e noventa mil reais) para a Central Solar Novo Oriente V S.A. ("NOS V"); e (f) R\$144.900.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e noventa mil reais) para a Central Solar Novo Oriente VI S.A. ("NOS VI"), e em conjunto com a NOS I, NOS II, NOS III, NOS IV e NOS V, as "SPES" ("Financiamento"), a ser formalizado por meio de Contrato de Financiamento nº 24.2.0173.1, a ser celebrado entre as SPES, na qualidade de clientes, o BNDES, na qualidade de credor, a Novo Oriente Solar Holding S.A. ("Novo Oriente Holding") e a Companhia, na qualidade de intervenientes, ("Contrato de Financiamento") (ii) a outorga, pela Companhia, nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, de garantia fiduciária, na forma de fiança, em favor do BNDES, a ser constituída e formalizada no âmbito do Contrato de Financiamento, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPES e intervenientes, no âmbito do Contrato de Financiamento e das garantias acessórias ("Fiança EDPBR"); (iii) a outorga, pela Companhia, nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, de garantia real, em favor do BNDES, na forma de penhor da totalidade das ações de emissão da Novo Oriente Holding e de propriedade da Companhia, bem como quaisquer outras ações representativas da capital social da Novo Oriente Holding que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo detidas pela Companhia, quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações e direitos de subscrição, assim como dividendos, rendimentos e demais direitos decorrentes da titularidade das referidas ações pela Companhia ("Penhor de Ações da Holding"), a fim de garantir as obrigações previstas no âmbito do Contrato de Financiamento e demais garantias acessórias; (iv) nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, a contratação do Financiamento pelas SPES, bem como da outorga das seguintes garantias reais pelas SPES e pela Novo Oriente Holding, no âmbito do Projeto Novo Oriente e do Financiamento: (a) aprovação da outorga, pela Novo Oriente Holding, de garantia real, em favor do BNDES, na forma de penhor, da totalidade das ações de emissão das SPES de propriedade da Novo Oriente Holding, bem como quaisquer outras ações representativas da capital social das SPES que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo detidas pela Novo Oriente Holding, quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações e direitos de subscrição, assim como dividendos, rendimentos e demais direitos decorrentes da titularidade das referidas ações pela Novo Oriente Holding ("Penhor de Ações das SPES"), a fim de garantir as obrigações previstas no âmbito Contrato de Financiamento e demais garantias acessórias; (b) aprovação da outorga, pelas SPES, de garantia real, em favor do BNDES, na forma de penhor, de máquinas e equipamentos de propriedade das SPES, relacionados ao Projeto Novo Oriente, conforme indicados no Contrato de Financiamento (conforme alterado de tempos em tempos, o "Penhor de Equipamentos"), a fim de garantir as obrigações previstas no âmbito Contrato de Financiamento e demais garantias acessórias; e (c) aprovação da outorga, pelas SPES e pela Novo Oriente Holding, de garantia real, em favor do BNDES, na forma de cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária"), e em conjunto com a Fiança EDPBR, o Penhor de Ações da Holding, o Penhor de Ações das SPES e o Penhor de Equipamentos, as "Garantias", a ser formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças nº 24.2.0173.2 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), envolvendo os seguintes direitos creditórios: (a) os direitos creditórios provenientes do *Amazon Purchase Back Agreement*, celebrado entre a NOS I, NOS II e NOS III e a A100 Row Services de Dados Brasil Ltda, em 19 de abril de 2022, bem como eventuais aditivos ("PPA Amazon"); (b) os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia celebrados ou que venham a ser celebrados pelas SPES, em conjunto ou isoladamente, no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") ou no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), decorrentes do Projeto Novo Oriente; (c) os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia celebrados ou que venham a ser celebrados pelas SPES, tais como: contratação de equipamentos de cessão onerosa ou contrato de imoveis, prestação de serviços de operação e manutenção, acordos operativos, dentre outros; (d) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto Novo Oriente, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; (e) os direitos creditórios das "Contas Centralizadoras SPES", "Contas Reserva do Serviço da Dívida BNDES" e "Conta Centralizadora da Holding", definidas, listadas e reguladas nos termos das Condições para Operação anexas à Decisão de Diretoria do BNDES e no âmbito do instrumento contratual por meio do qual será formalizada a Cessão Fiduciária; (f) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados ou que venham a ser celebrados entre as SPES e a Novo Oriente Holding; (g) os direitos emergentes das autorizações decorrentes das Resoluções Autorizativas expedidas em favor de cada uma das SPES pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") (Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.996/2022, Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.997/2022, Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.998/2022, Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.999/2022, Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.000/2022 e Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.001/2022, e suas alterações posteriores), bem como de eventuais Resoluções e/ou Despachos do Ministério de Minas e Energia ("MME") ou da ANEEL que venham a ser emitidos em favor das SPES, incluindo as suas subsequentes alterações; e (h) os direitos creditórios de titularidade de cada uma das SPES provenientes dos contratos relativos ao Projeto Novo Oriente, a fim de garantir as obrigações assumidas no âmbito Contrato de Financiamento e demais garantias acessórias; (i) autorização aos diretores e demais representantes legais da Companhia, da Novo Oriente Holding e das SPES, devidamente constituídos nos termos dos estatutos sociais da Companhia, da Novo Oriente Holding e/ou das SPES, respectivamente, para (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Financiamento, ao Contrato de Financiamento e às Garantias, (b) celebrar o Contrato de Financiamento e o Contrato da Cessão Fiduciária, bem como seus eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas pela Companhia, pela Novo Oriente Holding e pelas SPES no âmbito do Contrato de Financiamento e do Contrato de Cessão Fiduciária, assinar quaisquer aditamentos, procurações, notificações, anexos, solicitações e/ou declarações relacionados ou anexos a tais documentos e/ou relacionados ao Financiamento e às Garantias, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação, aditamento e/ou aperfeiçoamento do Financiamento e das Garantias, incluindo a prática de atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária e do Contrato de Financiamento e do Contrato de Cessão Fiduciária perante os órgãos competentes, (c) contratar os prestadores de serviços necessários para a contratação do Financiamento, incluindo, mas não se limitando a, o banco administrador das contas bancárias de movimentação restrita de titularidade das SPES ou da Novo Oriente Holding vinculadas ao Financiamento, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar lhes os honorários, e (d) praticar, em nome da Companhia, da Novo Oriente Holding e/ou das SPES, conforme aplicável, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento integral das matérias acima e para formalizar as deliberações deste instrumento; e (vi) a ratificação de todos os atos já praticados pelos diretores e/ou demais representantes legais da Companhia, da Novo Oriente Holding e/ou das SPES, devidamente constituídos nos termos dos estatutos sociais da Companhia, da Novo Oriente Holding e/ou das SPES, relacionados e/ou decorrentes das matérias acima. **7. Encerramento e Lavratura de Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, Sra. Paula Ferrareto Dabello, Presidente, ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Assinaturas: Mesa: a Sra. Paula Ferrareto Dabello - Presidente e o Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionistas presentes:* EDP Renováveis S.A. (representada por seu procurador, Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior), e EDP Renewables Europe S.L. (representada por seu procurador, Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior), São Paulo, 9 de agosto de 2024. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. *Mesa: Paula Ferrareto Dabello - Presidente; Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário.* JUCSP nº 306.260/24-4 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



EDP Renováveis Brasil S.A.
CNPJ/MF nº 09.334.083/0001-20 - NIRE 35.300.351.789

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de Agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 23 (vinte e três) dias de agosto de 2024, às 10h35min, na sede social da **EDP Renováveis Brasil S.A.** ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, no 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04.538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), por estarem presentes as acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência da mesa a Sra. **Paula Ferrareto Dabello**, que convidou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariar. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a alteração do endereço da sede da Companhia; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, as acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia da Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04.538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **para** Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, cidade e Estado de São Paulo. **5.2.** Em razão da alteração do endereço da sede da Companhia, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-900."** **5.3.** Em virtude do acima deliberado, as acionistas decidem consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I da presente ata. **5.4.** Por fim, as acionistas autorizam a Companhia e seus administradores a tomarem todas as medidas necessárias para formalizar as deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Assinaturas: Mesa: Paula Ferrareto Dabello - Presidente e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionistas:* EDP Renováveis S.A., (representada por seu procurador Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho), e EDP Renewables Europe S.L. (representada por seu procurador Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho). JUCSP nº 306.260/24-4 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração - Artigo 1º. Sob a denominação de **EDP Renováveis Brasil S.A.** ("Companhia") opera a sociedade anônima, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 73, Lapa de Baixo, CEP 05069-900. **Parágrafo Único.** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia no território nacional. **Artigo 3º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social - Artigo 4º.** O objeto social da Companhia tem por objeto social: (a) as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, e em particular as de regime especial, incluindo entre elas, apenas como exemplos, as de produção hidráulica ou mini-hidráulica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos; (b) a identificação, o estudo, o planejamento, o desenvolvimento e a implantação de projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades, dentre elas as de regime especial, tais como, sem limitação, as de produção hidráulica ou mini-hidráulica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos; (c) a gestão de ativos de geração de energia, a produção e a consolidação de toda a informação de controle de gestão relevante; (d) a implementação dos meios necessários à operação, à manutenção e à exploração de projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades, dentre elas as de regime especial, tais como, sem limitação, as de produção hidráulica ou mini-hidráulica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos; (e) a participação em outras sociedades, direta ou indiretamente, como sócia ou acionista, ainda que tenham objeto social distinto do da Companhia bem como em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou em outro país da América do Sul; (f) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil ou em outro país da América do Sul; (g) a compra de equipamentos de medição de ventos e radiação solar; e (h) a importação de aparelhos de medição e precisão e de equipamentos meteorológicos. **Parágrafo Único.** - As diferentes atividades do objeto social acima descritas poderão ser desenvolvidas pela Companhia de forma direta ou indireta, total ou parcialmente, mediante a contratação de outras sociedades ou ainda a participação em sociedades tanto no Brasil como em outro país da América do Sul. **Capítulo III - Capital Social e Ações - Artigo 5º.** - capital social, totalmente subscrito e integralizado, e de R\$ 2.376.263.545,00 (dois milhões e setenta e sete milhões e quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), dividido em 5.166.729.066 (cinco bilhões, cento e sessenta e seis milhões, setecentas e vinte e nove mil e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. **Parágrafo 1º.** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Parágrafo 2º.** - Mediante deliberação da Assembleia Geral, poderão ser criadas novas classes de ações. **Parágrafo 3º.** - Os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações na forma prevista em lei. **Parágrafo 4º.** - Os livros sociais que comprovem a titularidade das ações da Companhia serão devidamente arquivados na sede social. **Artigo 6º.** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente da existência de prazo de duração indeterminado. **Artigo 7º.** - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado. **Artigo 8º.** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou para cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 9º.** - A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas e coligadas da Companhia, direta ou indiretamente. **Capítulo IV - Assembleia Geral - Artigo 10.** - A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 11.** - A Assembleia Geral da Companhia reunir-se-á extraordinariamente sempre que o interesse social exigir, competindo-lhe, entre outras atribuições, resolver os casos omissos deste Estatuto Social, nos termos da legislação em vigor, sendo assegurado o direito de convocação aos acionistas na forma da lei. Ainda, a Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das Sociedades Anônimas e sobre as seguintes matérias: (a) a dissolução, a liquidação ou o início de qualquer processo de recuperação judicial ou a falência voluntária da Companhia e a eleição e a destituição de liquidantes e aprovação de suas contas; (b) a declaração, a reserva ou o pagamento de quaisquer dividendos ou participações, ou ainda a realização de qualquer outra distribuição de dinheiro, ações ou outros valores; (c) a aprovação ou não de qualquer ato e distribuições por qualquer subsidiária direta ou indireta da Companhia para suas controladoras; (c) o registro de quaisquer valores mobiliários representativos de participações na Companhia em quaisquer bolsas de mercadorias ou iniciar uma oferta pública da Companhia; (d) a alteração de qualquer maneira da política de distribuições de dividendos prevista neste Estatuto Social; e (e) a deliberação sobre a transformação, a fusão, a incorporação e a cisão da Companhia. **Artigo 12.** - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, representado pelo seu Presidente, por seu Vice-Presidente ou por 2 (dois) dos seus membros em conjunto, ou ainda de acordo com as demais disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência. **Parágrafo 1º.** - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência de ambos, por acionista que for indicado pelos demais, cabendo ao Presidente designar o secretário. **Parágrafo 2º.** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador validamente constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou representante de acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Parágrafo 3º.** - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas que representem a maioria do capital social votante da Companhia. **Capítulo V - Administração da Companhia - Das Disposições Gerais - Artigo 13.** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, os quais terão os seus poderes e responsabilidades fixados na legislação e neste Estatuto Social. Os Conselheiros serão eleitos pela Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. **Artigo 14.** - O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 3 (três) anos, sendo permitida reeleição. Os membros do Conselho de Administração e os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até o término de seu mandato. **Artigo 15.** - A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição. **Artigo 16.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Do Conselho de Administração - Artigo 17.** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada que deve fornecer o direcionamento estratégico, fixar as políticas, atuar de forma a proteger o patrimônio da Companhia, assegurar o cumprimento do objeto social e orientar a Diretoria para maximizar o valor da empresa. **Parágrafo 1º.** - O Conselho de Administração é composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 06 (seis) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um ou mais membros efetivos. A eleição e a destituição dos membros do Conselho de Administração será realizada pela Assembleia Geral, a qual poderá destituí-los a qualquer tempo. **Parágrafo 3º.** - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia serão eleitos pelo voto do (s) Acionista(s) representado a maioria do capital social, na mesma Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 4º.** - Competirá ao Presidente, ao Vice-Presidente ou a quaisquer 02 (dois) membros do Conselho de Administração convocar as reuniões do Conselho, mediante carta registrada ou protocolada, fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio que permita a confirmação do recebimento, enviadas aos Conselheiros, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, no mínimo e com apresentação da agenda da ordem do dia com os assuntos a serem deliberados na reunião. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a qualquer hora e em qualquer local, desde que o Conselho tenha sido devidamente constituído. **Parágrafo 5º.** - Competirá ao Presidente do Conselho de Administração coordenar os trabalhos de cada reunião, devendo indicar o secretário. No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário. **Parágrafo 6º.** - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral que se realizar após a caracterização da vacância do cargo, ou caso não seja possível, pela Assembleia Geral Extraordinária. **Parágrafo 7º.** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma do Parágrafo 5º deste Artigo. **Parágrafo 8º.** - Será permitido a qualquer conselheiro comparecer às reuniões por vídeo ou teleconferência ou fazer-se representar nas reuniões, por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um dos pontos da ordem do dia. Cada Conselheiro presente à reunião poderá representar no máximo o voto de 01 (um) Conselheiro. No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá nomear outro membro para representá-lo, caso em que, se em tratando de ausência temporária, o membro assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões do Conselho de Administração em seu próprio nome e em nome do membro por ele representado. A nomeação deverá ser expressamente aceita pelo membro nomeado, bem como notificada ao Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo 9º.** - As reuniões do Conselho serão realizadas em local determinado na convocação, ou em caso de omissão desta, na sede da Companhia. **Parágrafo 10.** - As reuniões do Conselho serão instaladas com, no mínimo, 03 (três) Conselheiros presentes ou devidamente representados na forma do Parágrafo 8º deste Artigo e as deliberações serão tomadas, independentemente do quórum presente na reunião, pelo voto favorável da maioria simples dos seus membros eleitos. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Companhia, sendo certo que o Presidente do Conselho terá direito ao voto de qualida-

de em caso de empate. **Parágrafo 11.** - Ao término de cada reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 8º deste Artigo deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a manifestação de voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Parágrafo 12.** - O Conselho de Administração será regulado por este Estatuto Social e pela legislação aplicável às sociedades anônimas. **Artigo 18.** O Conselho de Administração da Companhia terá competência para deliberar sobre as seguintes matérias, além daquelas previstas na Lei das Sociedades Anônimas: (a) a venda, a permuta, o desinvestimento, a alienação de todos ou de uma parcela substancial de bens da Companhia (incluindo a venda, troca ou outra alienação de valores mobiliários), em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas; (b) o penhor, a hipoteca ou qualquer outro tipo de garantia que envolva a Companhia; (c) a criação, a elaboração, a alteração ou a aprovação de remuneração e planos de benefícios, programas e/ou outras políticas da Companhia ou aprovação com outorga sob opção existente ou planos de participação nas ações da Companhia; (d) a designação de procuradores e a modificação ou revogação de procurações outorgadas pela Companhia; (e) a celebração de qualquer transação ou de uma série de transações relacionadas entre a Companhia, de um lado e qualquer afiliada (exceto a Companhia ou suas subsidiárias) ou qualquer dos seus diretores, conselheiros, empregados, agentes, ou qualquer de suas companhias ou vendas de energia, inclusive, sem limitação, a celebração de gestão de transações iniciais ou a transação em ação judicial ou extrajudicial ou, de outra maneira, o pagamento, a quitação ou satisfação de quaisquer ações, contingências ou obrigações, cujo valor seja igual ou superior a R\$675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais), ou que impliquem algum risco para a imagem da Companhia ou do seu grupo econômico; (f) a alteração de quaisquer princípios, políticas ou critérios fiscais, contábeis, ou de escrituração, exceto se exigido por Lei; (h) a revisão, a aceitação, a aprovação ou a mudança dos auditores externos ou dos relatórios dos auditores externos da Companhia; (i) a aprovação e a modificação do orçamento anual e do plano de negócios; (j) a aprovação de quaisquer desvios (positivos ou negativos) em valores superiores a 5% do total, com um limite de R\$ 100.000,00, do orçamento anual e do plano de negócios estabelecido e aprovado pela Companhia; (k) o compromisso, a aprovação e/ou a realização de transações, pela Companhia, que resultem em pagamento, em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas, de quantias superiores a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em um único exercício fiscal, exceto se anteriormente aprovado no orçamento anual ou no plano de negócios da Companhia; (l) a incursão em ou o aumento do endividamento da Companhia, exceto para o endividamento contemplado em algum orçamento anual ou plano de negócios aprovado conforme o item (l) e (j) acima; (m) a autorização ou a realização de qualquer mudança na jurisdição de constituição da Companhia; (n) a participação em algum acordo ou de qualquer forma, a realização de qualquer outro ato que obrigue ou comprometa a Companhia a incorrer em quaisquer das obrigações previstas nos itens acima; (o) a aquisição de projetos de ativos renováveis em qualquer fase de desenvolvimento e a assinatura de qualquer contrato relacionado com tais projetos; (p) a aprovação de quaisquer contratos para a aquisição de turbinas, contratos para a construção de parques eólicos, assim como quaisquer Power Purchase Agreements ou outros foros de compra e venda de energia, inclusive, sem limitação, a aquisição de qualquer ativo renovável de energia; (q) a abertura, a transferência, ou encerramento de filiais, agências, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia fora do território nacional; (r) a constituição de subsidiárias da Companhia ou a aquisição pela Companhia, por qualquer forma, de participações sociais em outras companhias, bem como a participação da Companhia em qualquer outra forma associativa, além da sociedade, exceto se contemplado em algum orçamento anual ou plano de negócios aprovado conforme o item (k) e (l) acima; (s) a fiscalização da gestão da Diretoria, o exame a qualquer tempo dos livros e papéis da Companhia, a solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e ainda a prática de quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções; (t) a manifestação sobre os relatórios de atividade e as contas apresentadas pela Diretoria (financeiros, anuais), e (u) a manifestação sobre as demonstrações financeiras e o balanço a ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária; (v) a autorização, a criação ou a emissão de quaisquer ações ou outro direito de participação na Companhia (inclusive, sem limitação, quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações ou outro direito de participação na Companhia ou em qualquer subsidiária e quaisquer garantias, opções ou outros direitos para compra ou, de outra forma, a aquisição de participações ou outros direitos de participações em tal sociedade) ou a outorga a quaisquer direitos de aquisição em relação a tais ações, títulos, outros direitos de participações ou quaisquer garantias, opções ou outros direitos para compra ou, de outra forma, aquisição de ações ou outros direitos de participações; (v) o resgate ou a recompra de quaisquer ações ou outra titularidade de participações na Companhia; (x) a deliberação sobre qualquer das matérias referidas no Artigo 11º ou no presente Artigo quando respeitantes a quaisquer subsidiárias, diretas ou indiretas, da Companhia; e (z) a deliberação sobre quaisquer outros assuntos que o Diretor em exercício de suas funções, pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem autorização do Conselho de Administração, não possa realizar mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá constar claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar sua vontade por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue a outro Diretor, ou ainda, por correio eletrônico, com prova de recebimento por outro Diretor. **Parágrafo 2º.** - Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como órgão colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interna até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto dentro eleito até o término do mandato da Diretoria. **Parágrafo 3º.** - Além dos casos de renúncia, morte, impedimento ou destituição, o Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, exercer suas funções pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem autorização do Conselho de Administração, se não estiver licenciado. **Parágrafo 4º.** - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo 5º.** - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 1º deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, ser anexada à ata da reunião. **Parágrafo 6º.** - A Diretoria será instalada no prazo de 30 (trinta) dias das eleições nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 21, Parágrafo 1º deste Estatuto, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate. **Artigo 23.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto a forma de representação, a alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** - Compete ainda à Diretoria, entre outras atribuições, convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (b) a submissão anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, do Relatório de Administração e das contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (c) a elaboração e submissão trimestralmente, ao Conselho de Administração, do Relatório de Atividades detalhado da Companhia; (d) a elaboração e a proposição, ao Conselho de Administração, dos planos de negócios, de operações e de investimentos da Companhia e de negócios que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aquelas relacionadas ao ingresso em novos negócios; (e) a proposição ao Conselho de Administração de quaisquer propostas no âmbito das matérias sobre as quais aquele órgão, por lei ou em virtude do Estatuto Social, deve tomar decisão, inclusive, sem limitação, a decisão sobre qualquer assunto que seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, e (f) a decisão sobre qualquer matéria que seja de competência privativa do Conselho de Administração ou do Conselho de Administração. **Artigo 22.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 21, Parágrafo 1º deste Estatuto, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate. **Artigo 23.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto a forma de representação, a alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** - Compete ainda à Diretoria, entre outras atribuições, convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (b) a submissão anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, do Relatório de Administração e das contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (c) a elaboração e submissão trimestralmente, ao Conselho de Administração, do Relatório de Atividades detalhado da Companhia; (d) a elaboração e a proposição, ao Conselho de Administração, dos planos de negócios, de operações e de investimentos da Companhia e de negócios que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aquelas relacionadas ao ingresso em novos negócios; (e) a proposição ao Conselho de Administração de quaisquer propostas no âmbito das matérias sobre as quais aquele órgão, por lei ou em virtude do Estatuto Social, deve tomar decisão, inclusive, sem limitação, a decisão sobre qualquer assunto que seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, e (f) a decisão sobre qualquer matéria que seja de competência privativa do Conselho de Administração ou do Conselho de Administração. **Artigo 22.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 21, Parágrafo 1º deste Estatuto, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate. **Artigo 23.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto a forma de representação, a alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** - Compete ainda à Diretoria, entre outras atribuições, convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (b) a submissão anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, do Relatório de Administração e das contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (c) a elaboração e submissão trimestralmente, ao Conselho de Administração, do Relatório de Atividades detalhado da Companhia; (d) a elaboração e a proposição, ao Conselho de Administração, dos planos de negócios, de operações e de investimentos da Companhia e de negócios que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aquelas relacionadas ao ingresso em novos negócios; (e) a proposição ao Conselho de Administração de quaisquer propostas no âmbito das matérias sobre as quais aquele órgão, por lei ou em virtude do Estatuto Social, deve tomar decisão, inclusive, sem limitação, a decisão sobre qualquer assunto que seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, e (f) a decisão sobre qualquer matéria que seja de competência privativa do Conselho de Administração ou do Conselho de Administração. **Artigo 22.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 21, Parágrafo 1º deste Estatuto, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate. **Artigo 23.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto a forma de representação, a alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** - Compete ainda à Diretoria, entre outras atribuições, convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (b) a submissão anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, do Relatório de Administração e das contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (c) a elaboração e submissão trimestralmente, ao Conselho de Administração, do Relatório de Atividades detalhado da Companhia; (d) a elaboração e a proposição, ao Conselho de Administração, dos planos de negócios, de operações e de investimentos da Companhia e de negócios que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aquelas relacionadas ao ingresso em novos negócios; (e) a proposição ao Conselho de Administração de quaisquer propostas no âmbito das matérias sobre as quais aquele órgão, por lei ou em virtude do Estatuto Social, deve tomar decisão, inclusive, sem limitação, a decisão sobre qualquer assunto que seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, e (f) a decisão sobre qualquer matéria que seja de competência privativa do Conselho de Administração ou do Conselho de Administração. **Artigo 22.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 21, Parágrafo 1º deste Estatuto, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate. **Artigo 23.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto a forma de representação, a alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** - Compete ainda à Diretoria, entre outras atribuições, convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (b) a submissão anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, do Relatório de Administração e das contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (c) a elaboração e submissão trimestralmente, ao Conselho de Administração, do Relatório de Atividades detalhado da Companhia; (d) a elaboração e a proposição, ao Conselho de Administração, dos planos de negócios, de operações e de investimentos da Companhia e de negócios que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aquelas relacionadas ao ingresso em novos negócios; (e) a proposição ao Conselho de Administração de quaisquer propostas no âmbito das matérias sobre as quais aquele órgão, por lei ou em virtude do Estatuto Social, deve tomar decisão, inclusive, sem limitação, a decisão sobre qualquer assunto que seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, e (f) a decisão sobre qualquer matéria que seja de competência privativa do Conselho de Administração ou do Conselho de Administração. **Artigo 22.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 21, Parágrafo 1º deste Estatuto, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate. **Artigo 23.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto a forma de representação, a alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** - Compete ainda à Diretoria, entre outras atribuições, convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (b) a submissão anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, do Relatório de Administração e das contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (c) a elaboração e submissão trimestralmente, ao Conselho de Administração, do Relatório de Atividades detalhado da Companhia; (d) a